
INTERAÇÕES SOCIAIS E RUPTURAS OBSERVADAS ATRAVÉS DOS ESTUDOS INFORMACIONAIS: o contexto de travestis e mulheres transexuais brasileiras

Social interactions and ruptures observed through informational studies: the context of transvestites and transsexual women in Brazil

Marcela Aguiar da Silva Nascimento (1), Marta Leandro da Mata (2), Gleice Pereira (3)

(1) Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil, agr.marcela@gmail.com.

(2) martaleandromata@gmail.com (3) gleiceufes@gmail.com



Resumo

No âmbito dos estudos de usuários da informação, compreende-se que as perspectivas sobre o comportamento informacional e as práticas informacionais são significativas para pesquisas voltadas à população LGBTQIA+. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é descrever o comportamento informacional e as práticas informacionais de travestis e mulheres transexuais brasileiras. Quanto à metodologia, esta pesquisa é classificada como exploratória, já que busca trazer reflexões na área de CI e nos estudos de usuários, tendo enfoque no comportamento informacional e nas práticas informacionais das travestis e mulheres transexuais. No que se refere aos procedimentos, é considerada uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa. Os dados coletados são analisados a partir de uma abordagem qualitativa, estabelecendo uma breve revisão de literatura. Os resultados demonstram que a ocorrência das necessidades de informação é desenvolvida em coletividade. As redes sociais digitais mostram-se fortes ferramentas nas buscas e nas trocas de informação. O uso e o compartilhamento da informação são direcionados à difusão de informações sobre travestilidade e transexualidade para a sociedade civil. Conclui-se que a interação social e a disseminação da informação sobre identidade de gênero entre a comunidade discursiva tem criado mecanismos de resiliência e empoderamento identitário, expandindo e reforçando o papel de protagonista que travestis e transexuais possuem em suas narrativas.

Palavras-chave: Interação social. Comportamento informacional. Práticas informacionais. Travesti. Transexual.

Abstract

In the context of studies of information users, it is understood that perspectives on information behavior and information practices are significant for research aimed at the LGBTQIA+ population. In this sense, the aim of this article is to describe the informational behavior and informational practices of Brazilian transvestites and transsexual women. With regard to the procedures, it is considered a bibliographic research with a qualitative approach. The collected data are analyzed from a qualitative approach, establishing a brief literature review. The results demonstrate that the occurrence of information needs is developed collectively. Digital social networks prove to be strong tools in searches and information exchange. The use and sharing of information is aimed at disseminating information about transvestility and transsexuality to civil society. It is concluded that social interaction and the dissemination of information about gender identity among the discursive community has created mechanisms of resilience and identity empowerment, expanding and reinforcing the protagonist role that transvestites and transsexuals have in their narratives.

Keywords: Social interaction. Informational behavior. Informational practices. Transvestite. Transsexual.

1 Introdução

A Ciência da Informação (CI) perpassa por diversas modificações em seu panorama de análise, tendo seu público-alvo redirecionado à medida que os problemas informacionais e sociais paulatinamente vão se reconfigurando. Saracevic (1996) discorre sobre algumas características de âmbito geral que definem a constituição da CI: a primeira consiste em sua interdisciplinaridade, a segunda na conexão com as tecnologias da informação e a terceira qualifica a CI como participante ativa no desenvolvimento e evolução da sociedade da informação. Tais considerações fomentam a CI como uma ciência política e social, voltada não apenas ao suprimento dos problemas informacionais da sociedade, mas também em sua modificação cultural.

Dentre os teóricos da CI, Capurro (2003) destaca que, em decorrência da evolução da sociedade, os paradigmas também sofreram mudanças estruturais, tais como: a) paradigma físico, que em sua essência, postula que há algo, um objeto físico. A informação é compreendida como algo tangível ou, mais genericamente, como qualquer coisa que tenha valor informativo; b) paradigma cognitivo, cuja premissa focaliza nas abordagens psicossociológicas dos usuários. A informação é direcionada às características fenomenológicas e particulares dos sujeitos, com priorização de suas necessidades de informação e c) paradigma social, em que os sujeitos são destacados em suas inter-relações sociais, fruto de uma contextualização cultural mais ampla e

relacional. A informação é inteligível como uma construção social, derivada da ação concreta de indivíduos em ações recíprocas.

No atual contexto social, um dos objetivos fundamentais da CI relaciona-se com sua contribuição nas discussões sobre o fenômeno da informação como um elemento de inclusão social, potencializando o desenvolvimento sociocultural dos indivíduos e das comunidades discursivas. A CI, a partir das transformações da sociedade contemporânea, passou a englobar em seus estudos as práxis sociais de grupos historicamente destituídos de direitos, que, atualmente, estão em pauta nas discussões da área, como é o caso de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexual e demais gênero-diversas (LGBTQIA+).

No âmbito dos estudos de usuários da informação, compreende-se que as perspectivas sobre o comportamento informacional e as práticas informacionais são significativas para pesquisas voltadas à população LGBTQIA+, visto que a primeira vertente enfatiza o viés cognitivo, por meio do surgimento de necessidades informacionais em determinados contextos, e a segunda prioriza os contextos socioculturais dos sujeitos, tendo em conta que refletem o sistema das inter-relações e de sua coletividade.

De maneira mais específica, o desenvolvimento dos estudos de usuários foi classificado em três abordagens: tradicional, alternativa e social. Essas abordagens foram arquitetadas a partir dos paradigmas epistemológicos cunhados por Capurro (2003). A abordagem tradicional – vinculada ao paradigma físico – diz respeito aos estudos de usuários focalizados no uso objetivo da informação, cuja análise privilegia as representações físicas, quantitativas e tangíveis da informação. A abordagem alternativa – condizente ao paradigma cognitivo – permeia os estudos de usuários voltados aos estados mentais e cognitivos dos sujeitos, os quais buscam compreender como e porquê os usuários necessitam de informações. Por fim, a abordagem social representa o paradigma social, focalizando nos arranjos das interações sociais e nos contextos culturais, históricos e políticos dos sujeitos.

De acordo com Pinto (2018), os estudos sobre comportamento informacional e práticas informacionais possibilitam delinear especificidades relacionadas às necessidades de informação de travestis e mulheres transexuais associadas às suas identidades de gênero, visto que condicionam seus esforços à busca de informações voltadas aos procedimentos cirúrgico-estéticos,

readequação de vestuário, combate à transfobia, direitos humanos e à cidadania plena. Nessa perspectiva, as travestis e mulheres transexuais empreendem seus percursos informacionais alicerçadas tanto na abordagem alternativa, com as necessidades informacionais de correspondência pessoal e cognitiva, como na abordagem social, à medida que buscam informações para adequar suas identidades socialmente.

Para tanto, este estudo tem como objetivo geral compreender o comportamento informacional e as práticas informacionais de travestis e mulheres transexuais no contexto brasileiro. De modo mais específico, visa-se apontar os elementos relacionados às necessidades de informação; verificar o uso das fontes de informação e identificar a interferência dos fatores sociais, pessoais e culturais. Compreende-se a importância dos estudos da CI direcionarem-se, também, para pesquisas com enfoque na comunidade LGBTQIA+, considerando que ainda há uma escassez de investigações sobre os aspectos informacionais incluindo esse público, bem como populações vulneráveis.

Esta pesquisa é classificada como exploratória, já que busca trazer reflexões na área de CI e nos estudos de usuários, tendo enfoque no comportamento informacional e nas práticas informacionais das travestis e mulheres transexuais brasileiras. No que se refere aos procedimentos, é considerada uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa.

Para o levantamento, foi realizada uma busca de artigos na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com periodicidade de 1990 a 2020, cujos assuntos pesquisados foram “comportamento informacional”, “práticas informacionais”, “estudos de usuários”, bem como sua relação com os termos “travesti*” e “transexual*/transexuais”. Privilegiou-se materiais em língua portuguesa, seguindo como diretriz a especificação dos contextos sociais dessa população em território nacional. O levantamento foi delimitado a partir das categorias “título” e “palavras-chave”, de modo a recuperar apenas os estudos que priorizam a temática. Ao todo, recuperou-se três dissertações de mestrado (Righetto 2018), (Pinto 2018), (Silva 2019) e três artigos científicos que abordam parte do processo do comportamento e das práticas informacionais (busca, acesso e uso da informação) (Ferreira 2009), (Zanela 2018), (Nascimento e Mata 2020). Após a análise dos documentos, adotou-se como base

Nascimento, Marcela Aguiar da Silva, et al. “Interações Sociais e Rupturas Observadas Através dos Estudos Informacionais: o contexto de travestis e mulheres transexuais brasileiras.” *Brazilian Journal of Information Science: Research trends*, vol.15, publicação contínua, 2021, e02115, DOI: 10.36311/1981-1640.2021.v15.e02115

as três dissertações e o artigo mais recente, uma vez que os quatro materiais recuperados são os que melhor descrevem os aspectos sociais, culturais e estruturais das travestis e das mulheres transexuais e sua relação com os estudos da informação.

2 Dos estudos tradicionais da informação às práticas informacionais

Os estudos de usuários da informação delinearam-se, tradicionalmente, com o propósito de traçar o perfil das comunidades dos usuários e de avaliar os sistemas de informação, em uma tentativa de aperfeiçoá-los para qualificar sua utilização. Esses estudos, estruturados em uma perspectiva centralizada no uso da informação e com a elaboração de métodos estritamente quantitativos, mostraram-se limitantes quanto às noções direcionadas às necessidades de informação e às interações sociais dos sujeitos.

A limitação dos estudos quantitativos, preocupados com o acesso físico e a utilização dos sistemas de informação, desenhou a abordagem centralizada nos usuários: o comportamento informacional. A perspectiva focalizada nos usuários surge com uma aproximação aos processos cognitivos, aos modelos mentais e à representatividade dos indivíduos no centro das pesquisas (Araújo 2016).

Para essa nova estrutura de estudo, centralizada nos usuários, alguns autores como Wilson (1981), Taylor (1991), Dervin (1983) e Kuhlthau (1991), fomentaram as abordagens dos estudos sobre comportamento informacional e processo de busca da informação. Os modelos advindos desses trabalhos, representam o modo cognitivo dos indivíduos, isto é, a intuição, a criatividade e a percepção dos sujeitos frente aos processos de necessidades, busca, acesso, uso, disseminação e compartilhamento de informações.

Krikelas (1983 p. 6-7 tradução nossa) define o comportamento informacional como:

[...] qualquer atividade de um indivíduo que se compromete a identificar uma mensagem que satisfaça a uma necessidade percebida. Em outras palavras, a busca de informação tem início quando alguém percebe que o seu atual estado de conhecimento é menor do que o necessário para lidar com algum assunto [ou problema].

Esse conceito corrobora para a compreensão de que o comportamento informacional surge com uma necessidade de informação (geralmente relacionada com uma lacuna ou um estado anômalo de conhecimento), que origina um mecanismo de ativação para as ações de busca da informação. Para Barreto (1994), as definições que caracterizam a informação como processo de produção de conhecimento são as que melhor explicam esse fenômeno, tendo em vista que a informação é qualificada como ferramenta de construção do indivíduo. Essa colocação estrutura-se no pensamento de que a informação, quando adequadamente buscada, acessada e apropriada, produz conhecimento, desenvolvendo a geração e a construção de novas informações no estoque mental do ser humano.

Similarmente, Wilson e Walsh (1996) pontuam que, para a ocorrência do processamento e da utilização da informação, ela precisará ser incorporada ao quadro de crenças, valores e conhecimento dos indivíduos. Apenas a disponibilidade e o acesso à informação não possibilitam seu processamento efetivo, dado que o processamento da informação é tão subjetivo quanto a própria necessidade de informação.

Entretanto, em meados dos anos 1990, algumas críticas são alavancadas aos modelos de comportamento informacional, sob a alegação de que a ênfase no cognitivismo desconsiderava os aspectos socioculturais e contextuais dos usuários. Conforme Araújo (2016), o construcionismo, a etnometodologia, o interacionismo e o pragmatismo passaram a ser modelos teóricos a retratar as novas edificações dos estudos de usuários da informação, com o advento do conceito de “práticas informacionais”.

Os estudos relacionados com as práticas informacionais são direcionados à compreensão dos sujeitos como participantes de diferentes grupos e comunidades, como fruto de distintas conjunturas. São estudos alinhados aos papéis que os indivíduos exercem em sua sociabilidade e em suas atividades cotidianas, visando a enfatizar os fatores contextuais correspondentes ao processo de busca, uso e compartilhamento de informações (Ferreira et al. 2019).

Para Berti e Araújo (2017), tais trabalhos representam um prisma interdisciplinar, pois utilizam-se dos aportes teóricos e epistemológicos da Antropologia e da Sociologia para compreender a realidade social dos sujeitos e a concepção da construção contínua de conhecimento.

Os autores afirmam que esses estudos representam a busca de informação nas relações sociais, mediante as interações com outros indivíduos.

Diante dessa afirmação, Araújo (2012) instala a perspectiva interacionista nas pesquisas das práticas informacionais, em conformidade com a ótica de que os usuários não são determinados pelos distintos contextos do qual fazem parte, considerando que não estão isolados subjetivamente em um ambiente privado. Os contextos sociais, culturais, históricos e políticos são modificados e alterados pelos sujeitos, em uma constante reciprocidade e interação.

Toda ação ou opinião dos indivíduos deriva de uma dupla movimentação entre a subjetividade e os condicionamentos sociais nos quais estão alicerçados. Para tanto, identificar as práticas informacionais dos sujeitos diz respeito à compreensão do significado que as ações têm para os usuários, além de possibilitar o entendimento da dimensão cultural, social e coletiva oriunda de cada cenário (Rocha e Gandra 2018).

Na perspectiva de Silva e Côrtes (2018), associar o conceito de práticas informacionais à categoria analítica de gênero (e, conseqüentemente, de identidade de gênero), reestrutura e ressignifica a norma “biologizante” das desigualdades de gênero e das orientações sexuais em contextualizações e coletividades diversas. Na pesquisa realizada pelos autores, percebe-se que estudar um grupo social, proveniente de um âmbito específico – como as travestis e as mulheres transexuais – sob as práticas informacionais, configura-se como um norte para compreender os aspectos hierárquicos e as vulnerabilidades que essa população está suscetível.

Em vista desse fator, busca-se investigar a interação das travestis e das mulheres transexuais com a informação, em seus contextos históricos, sociais e políticos, uma vez que a construção ativa da informação e do conhecimento é consolidada por interações situadas em comunidades singulares.

3 Contexto social de travestis e mulheres transexuais

Objetiva-se trazer à tona os aspectos associados à identidade de gênero de travestis e transexuais no contexto cultural brasileiro. Para Silva e Côrtes (2018), esses fatores representam a necessidade de uma percepção sensível na CI, considerando que o desenvolvimento das práticas

informativos de travestis e mulheres transexuais deconstruam um modo de resistir e ressignificar as estruturas de poder nas quais estão inseridas.

De acordo com Bento e Pelúcio (2012), a partir da década de 1980, a transexualidade foi incluída no Código Internacional de Doenças (CID), como um marco do processo histórico da transexualidade e da travestilidade (1) como uma patologia. No mesmo período, a Associação de Psiquiatria Norte-Americana aprovou a terceira versão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), ao incluir a transexualidade dentro do aspecto “Transtornos de Identidade de Gênero”.

Acreditava-se que qualquer nível de deslocamento com a masculinidade e a feminilidade hegemônica deverá sofrer intervenções médicas especializadas, com o objetivo de manter a ordem e a coerência entre corpo, gênero e sexualidade, baseando-se em um padrão ideal de heterossexualidade e/ou normatividade.

A “patologização” da sexualidade e dos gêneros continuou sendo operada não mais utilizando denominações “homossexualismos” e “perversões sexuais”, mas “transtornos de gênero”. Em conformidade com o exposto, compreende-se que:

A Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10) apresenta os códigos e a tipificação da doença que devem estar presentes em todos os diagnósticos para que tenham validade legal. O ‘transexualismo’, por exemplo, é definido como ‘transtornos da identidade sexual (F64.0)’. Além ‘do transexualismo’, há o ‘travestismo bivalente (F64.1), o transtorno de identidade sexual na infância (F64.2), outros transtornos da identidade sexual (F64.8), o transtorno não especificado da identidade sexual (F64.9)’, ou seja, eliminou-se, em 1973, o ‘homossexualismo’ do DSM8 e, em 1975, do CID-10, mas o que assistimos em seguida foi a uma verdadeira proliferação de novas categorias médicas que seguem patologizando comportamentos a partir do pressuposto heteronormativo, que exige uma linearidade sem fissuras entre sexo genital, gênero, desejo e práticas sexuais (Bento e Pelúcio 2012 p. 572).

Desde 2010, a campanha de retirada do transtorno de identidade de gênero dos manuais de diagnósticos foi ganhando potencialidade no Brasil. Em 2012 eram mais de cem organizações e quatro redes internacionais na América do Sul e do Norte, na África, na Ásia e na Europa empenhadas na campanha pela remoção da categoria transexualidade no DSM e da

transexualidade e travestilidade no CID-10, compreendendo que essas identidades não são passíveis de catalogação, normalização e cura (Bento e Pelúcio 2012).

Em 18 de junho de 2018, a transexualidade e a travestilidade foram retiradas do Código Internacional de Doenças. Na nova classificação do CID-11, houve inclusão da categoria “incongruência de gênero”, fixada na seção das “condições relacionadas à saúde sexual”. Essa alteração ressalta um avanço histórico no que concerne à despatologização das identidades de travestis e transexuais, pois as desassocia das questões associadas aos transtornos mentais (Bagagli 2018).

Lale Say, coordenadora do Departamento de Saúde Reprodutiva e Pesquisa da Organização Mundial de Saúde (OMS), em vídeo publicizado pela mesma organização, argumenta que a transexualidade e a travestilidade foram retiradas dos distúrbios de saúde mental nessa nova edição do CID, porque sua permanência suscitava estigma nas comunidades afetadas (World Health Organization 2018).

Além dessa progressão, fruto das pressões de comunidades de travestis e transexuais, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) regulamentou, em 29 de junho de 2018, a possibilidade de alteração de prenome e gênero de travestis e transexuais nos assentos de nascimento e casamento em cartório, sem obrigatoriedade de comprovação de cirurgia de transgenitalização nem apresentação de decisão judicial. De acordo com o Provimento nº. 73, é facultativo que a pessoa requerente apresente laudo médico que ateste a travestilidade/transexualidade; parecer psicológico que ateste a travestilidade/transexualidade e laudo médico que ateste cirurgia de transgenitalização (Brasil 2018).

Para Peres (2002), houve uma modificação no cenário social em relação aos avanços das conquistas de travestis e transexuais, como consequência de organizações políticas não governamentais dessa população, mediante construção de associações e contínua atuação pela defesa dos direitos civis da transexualidade e da travestilidade na sociedade brasileira. Percebem-se, com isso, mudanças significativas, mesmo que ínfimas, na aceitação da circulação desses corpos a céu aberto, à luz do dia e não apenas em zonas esquematizadas para prostituição.

4 Comportamento e práticas informacionais de travestis e transexuais brasileiras

São poucos os estudos relacionados às travestis e mulheres transexuais no seio da CI. Isso limita os esforços quanto à proposição de angariar novas pesquisas associadas ao cotidiano, ao comportamento e às práticas de comunidades discursivas fora do ambiente de trabalho, principalmente, de populações vulneráveis. Verifica-se a necessidade de apresentar os estudos realizados acerca do processo informacional desse público para delinear por onde, como e porquê as travestis e mulheres transexuais desencadeiam seus percursos informacionais.

Pinto (2018), em sua pesquisa sobre o comportamento informacional de mulheres transexuais e suas percepções acerca da identidade de gênero, identificou que as necessidades de informação das participantes mostravam-se mais atenuadas quando em relação à compreensão do que estava acontecendo com elas, causando confusão, incerteza e dúvidas identitárias. Questões como: “por que não sou igual aos outros garotos?”, “por que isso está acontecendo comigo?” e “como fazer para adequar meu corpo masculino em um corpo feminino?” caracterizam como as necessidades de informação são desenvolvidas a partir de discursos e valores sociais, à medida que as necessidades iniciais mostram-se evidentes em relação à negação da transição de gênero e o entendimento de não pertencer ao que foi estabelecido socialmente como “normal”, enquanto as necessidades expressas demonstram uma maior conformidade e desempenho referente ao desejo da mente.

Nesse sentido, as maiores necessidades de informação expressas por essa comunidade, geralmente, dizem respeito às readequações e transformações do corpo, representadas pela terapia hormonal (TH), atendimento endocrinológico, cirurgia de próteses de silicone e cirurgia de transgenitalização (Pinto 2018). As necessidades de transmutação do corpo das mulheres transexuais brasileiras ocorrem horizontalizadas sob o viés da interação social, por meio de ações coletivas que são desencadeadas através dos aspectos culturais e sociais que os sujeitos estão alicerçados.

Na pesquisa de Nascimento e Mata (2020) sobre o comportamento informacional de travestis multiplicadoras (2), observa-se que a ocorrência das necessidades de informação das travestis é desenvolvida em coletividade, já que aparecem de maneira mais atenuada por conta da

necessidade de outras travestis moradoras da mesma região (3). Isso corrobora com a pontuação de Joas (1987), ao afirmar que, em situações contextuais e ambientais, os sujeitos são os próprios agentes de estímulo e influência para outros sujeitos – sejam eles da mesma classe identitária ou não.

A partir da pesquisa de Righetto (2018), sobre a competência em informação de transexuais da região de Florianópolis, Santa Catarina, foi possível verificar que as necessidades de informação das travestis e mulheres transexuais norteiam três horizontalidades: informacional, vulnerabilidade social e resiliência. Os aspectos voltados à categoria informacional dizem respeito às necessidades ligadas à saúde, à readequação de gênero e aos processos de autoconhecimento. A vulnerabilidade social relaciona-se com os desafios enfrentados pela discriminação e preconceitos, fortemente vinculados à sociedade brasileira. Já a esfera da resiliência condiz com a reestruturação das narrativas de travestis e transexuais como uma reconfiguração de suas cidadanias, por meio dos movimentos sociais e coletivos políticos.

Fatores sociais, pessoais e contextuais influenciam travestis e mulheres transexuais brasileiras em todo o processo do comportamento e das práticas informacionais, ao passo que, para além das nuances ligadas aos aspectos corporais, as sujeitas necessitam de informações basilares para consolidação de seus direitos (humanos e civis) e de garantia da cidadania plena (Nascimento e Mata 2020).

No processo de busca da informação, duas coisas chamam atenção: a internet e a comunidade a que pertencem aparecem como as principais fontes de informação das travestis e das mulheres transexuais brasileiras. As redes sociais digitais mostram-se fortes ferramentas nas buscas e nas trocas de informação com suas semelhantes, reafirmando o papel da ação recíproca e da coletividade social (Pinto 2018; Nascimento e Mata 2020). Silva (2019) pondera que a rede de amigos/de apoio é uma fonte de informação simbólica para a comunidade de travestis e transexuais, por estabelecer laços com base nas trocas e no compartilhamento das vivências e experiências similares.

No entanto, apesar das redes sociais aparecerem como fonte confiável de informações, os obstáculos derivados da ausência de informações relevantes sobre travestilidade e transexualidade

e o acúmulo de notícias falsas atribuídas aos corpos das travestis na internet (Sampaio et al. 2018) constituem fortes barreiras no acesso à informação desse público.

Pinto (2018) argumenta que as experiências e vivências de transexuais possuem grande importância para a construção dos fenômenos identitários de gênero, já que a construção da identidade transexual floresce por meio do uso efetivo da informação. O uso da informação é circunscrito como um impulsionador do início da transição de gênero, visto que, cessadas as primeiras dúvidas sobre hormonioterapia, cirurgias, grupos de apoio etc., as sujeitas tendem a utilizar a informação acessada para as decisões identitárias, modelação do corpo e engajamento político.

Ressalta-se a disseminação das informações direcionadas à travestilidade e transexualidade por meio de comunicação informal, visto que a utilização das informações é estabelecida também por meio de seu compartilhamento em palestras, oficinas e publicações nas redes sociais, objetivando difundir informações pertinentes à sociedade civil (Nascimento e Mata 2020). À medida que fogem dos esquemas binários de gênero heteronormativos, as sujeitas oprimidas assumem suas narrativas e tornam-se disseminadoras de informações concatenadas aos conteúdos informacionais que contribuem para a subversão da cisnormatividade (4) e para o empoderamento de suas identidades (Silva 2019).

As travestis e as mulheres transexuais brasileiras têm conhecimento de que suas práticas informacionais assumem papel exponencial na geração de novos conhecimentos aos seus pares, além de reafirmarem a multiplicação e difusão de informações que auxiliam no processo de empoderamento. Assim,

[...] o acesso a conteúdos informacionais contra-hegemônicos é fundamental no processo de empoderamento, visto que contribuíram na “compreensão” de seu lugar no mundo e os estimularam a disseminar estes significados ‘renovados’ da transexualidade [travestilidade e transgeneridade] como legítima expressão humana ao contrário do que a heteronorma fundamentada na linearidade sexo-gênero-desejo sexual busca validar (Silva 2019 p. 161).

Muitas organizações de travestis surgem do compartilhamento informacional. Diversas lideranças do movimento T (travestis, transexuais e transgêneros) são legitimadas pela relação de confiabilidade por parte de outras travestis e mulheres transexuais. Essa posição de liderança foi reforçada pelo papel assumido na formação das redes de apoio para lidar com os problemas com

Nascimento, Marcela Aguiar da Silva, et al. “Interações Sociais e Rupturas Observadas Através dos Estudos Informacionais: o contexto de travestis e mulheres transexuais brasileiras.” *Brazilian Journal of Information Science: Research trends*, vol.15, publicação contínua, 2021, e02115, DOI: 10.36311/1981-1640.2021.v15.e02115

a polícia, com o acesso aos serviços de saúde, com a epidemia das doenças e infecções sexualmente transmissíveis etc. (Carvalho e Carrara 2013).

A noção de travestis e transexuais, como público-alvo de políticas públicas, abre ressignificações a partir da informação para a reconstrução de suas cidadanias. Dessa forma, travestis e transexuais deixam de ser “populações-alvo” das políticas de saúde para se tornarem protagonistas de políticas abrangentes conduzidas por elas mesmas (Carvalho e Carrara 2013).

Ao incorporar espaços tidos como “normais”, as travestis e as mulheres transexuais brasileiras promovem “choques culturais” e rupturas sociais. Observa-se, contudo, que a travestilidade e a transexualidade vêm sendo reconstruídas em uma condição de sujeito, de cidadania e de reconfiguração do modelo hegemônico por meio do acesso, apropriação e disseminação da informação entre as próprias travestis e mulheres transexuais. Essas práticas têm produzido zonas de liberdade estruturadas como territorializações dos ambientes e da humanidade dessa população.

Verifica-se, portanto, que as principais fontes de informação desse público são suas semelhantes, o que configura uma retroalimentação informacional dentro da própria população, além da internet. A interação social e a disseminação da informação sobre identidade de gênero entre a comunidade discursiva tem criado mecanismos de resiliência e empoderamento identitário, expandindo e reforçando o papel de protagonista que travestis e transexuais possuem em suas narrativas.

5 Conclusões

A CI tem sido uma grande aliada no desenvolvimento da sociedade, devido a seu papel social, sua dimensão humana e seu enfoque cultural. Nota-se que os problemas da informação não estão diminuindo, mas sendo reconfigurados. É reforçado que os problemas complexos da sociedade contemporânea, principalmente os que cercam os ajustes políticos e econômicos ligados às populações vulneráveis, demandam perspectivas interdisciplinares e soluções multidisciplinares, conforme atesta Saracevic (1996).

Esta pesquisa permitiu uma parcela da exploração dos estudos sobre o comportamento informacional e das práticas informacionais de travestis e mulheres transexuais brasileiras. É notória a urgência de mais estudos voltados a esse público, visto que o contexto no qual as identidades dissidentes estão situadas influencia em seus processos relacionados às necessidades, busca, acesso, apropriação, uso e disseminação da informação.

O processo da construção do projeto de desumanização das travestis e das mulheres transexuais foi reforçado pelo desafeto e pela rivalidade historicamente arquitetada a essas identidades. Observa-se que as novas gerações de travestis e mulheres transexuais têm pautado questões de ressignificação do conceito de irmandade por meio da informação, considerando que foi captado que redes sociais de afeto e a retroalimentação da informação têm permitido o crescimento mútuo entre seus pares.

Agradecimentos

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

Notas

- (1) Caracteriza-se o termo travestilidade como uma gama de possibilidades de vivenciar o gênero travesti.
- (2) As autoras atribuíram o termo “multiplicadora” às travestis devido a forma de atuação das entrevistadas na organização não governamental, posto que elas utilizam das informações acessadas e apropriadas sobre identidade de gênero para atuar junto às travestis que fazem parte desta organização e para educar a população civil.
- (3) As necessidades de informação das travestis da organização não governamental edificam-se por meio das necessidades de informação das travestis assistidas pela ONG. Visa-se, neste caso, a atualização constante sobre temas variados que envolvem a travestilidade para atender as especificidades informacionais da população de travestis da Grande Vitória e de outros municípios do Espírito Santo.
- (4) Entende-se como cisnormatividade o sistema que privilegia as identidades cisgêneras (pessoas não transgêneras) como identidades inquestionáveis e legítimas.

Referências

- Araújo, C. A. A. “Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista.” *Informação & Sociedade*, vol. 22, no. 1, jan.-abr. 2012, pp. 145-159, <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/9896>. Acessado 30 jul. 2019.
- Araújo, C. A. A. “Estudos de usuários da informação: comparação entre estudos de uso, de comportamento e de práticas a partir de uma pesquisa empírica”. *Inf. Pauta*, vol. 1, no. 1, jan.-jun. 2016, pp. 61-78, doi:10.32810/2525-3468.ip.v1i1.2016.2970. Acessado 30 jul. 2019.
- Bagagli, B. P. *A retirada da transexualidade da classificação de doenças e o sofrimento psíquico*. 3 jul. 2018, <https://transfeminismo.com/a-retirada-da-transexualidade-da-classificacao-de-doencas-e-o-sofrimento-psiquico/>. Acessado 30 jul. 2019.
- Barreto, A. A. “A questão da informação”. *São Paulo em Perspectiva*, vol. 8, no. 4, 1994.
- Bento, B., and Pelúcio, L. “Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas.” *Revista Estudos Feministas*, vol. 20, no. 2, maio. 2012, pp. 569-581, doi:10.1590/S0104-026X2012000200017. Acessado 30 jul. 2019.
- Berti, I. C. L. W., and Araújo, C. A. A. “Estudos de Usuários e Práticas Informacionais: do que estamos falando?” *Informação & Informação*, vol. 22, no. 2, out. 2017, pp. 389-401, doi:10.5433/1981-8920.2017v22n2p389. Acessado 30 jul. 2019.
- Capurro, R. Epistemologia e ciência da informação. *Anais do 5º Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação: Belo Horizonte*, ANCIB, 2003.
- Carvalho, M. F. L., and Carrara, S. “Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil.” *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, no. 14, 2013, pp. 319-351, <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/viewFile/6862/4940>. Acessado 30 jul. 2019.
- Conselho Nacional de Justiça (Brasil). *Provimento nº 73, de 29 de junho de 2018*, Brasília, DF, <https://www.conjur.com.br/dl/cnj-regulamenta-alteracoes-nome-sexo.pdf>. Acessado 30 jul. 2019.
- Dervin, B. An overview of sense-making research: concepts, methods and results to date. *International Communications Association Annual Meeting: Texas*, 1983.
- Ferreira, R. S. “A informação social no corpo travesti (Belém, Pará): uma análise sob a perspectiva de Erving Goffman.” *Ciência da Informação*, vol. 38, no. 2, maio/ago. 2009, pp. 35-45, scielo.br/pdf/ci/v38n2/03.pdf. Acessado 28 jul. 2021.

- Ferreira, E. G. A., et al. A construção do conceito de Práticas Informacionais pelos pesquisadores do EPIC. *Informação em Pauta*, vol. 4, pp. 26-43, maio. 2019. Número especial, <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/41077>. Acessado 30 jul. 2019.
- Krikelas, J. "Information seeking behavior: patterns and concepts". *Drexel library Quarterly*, vol. 19, no. 2, 1983, pp. 5-20.
- Kuhlthau, C. C. "Inside the search process: information seeking from the user's perspective." *Journal of the American Society for Information Science*, vol. 42, no. 5, 1991, pp. 361-371.
- Joas, H. "Interacionismo simbólico". *Teoria Social Hoje*. Org. por Anthony Giddens, e Jonathan Turner. Editora Unesp, 1987, pp. 127-174.
- Nascimento, M. N. A., and MATA, M. L. "Comportamento informacional de travestis multiplicadoras: a reconstrução da cidadania por meio da informação". *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, vol. 16, 2020, pp. 1-24, <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1308>. Acessado 07 nov. 2020.
- Peres, W. S. "Biossociabilidade contemporânea e a expressão travesti." *Revista de Psicologia da UNESP*, vol. 1, no. 1, 2002, pp. 8-17, <http://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/985/908>. Acessado 30 jul. 2019.
- Pinto, E M. *Informação e transgeneridade: o comportamento informacional de mulheres transgêneras e as percepções da identidade de gênero*, 2018, http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/32044/1/2018_EltonM%C3%A1rtiresPinto.pdf. Universidade de Brasília, Dissertação. Acessado 3 mar. 2020.
- Righetto, G. G. *Competência em informação de minorias sociais: pessoas trans da região de Florianópolis, Santa Catarina*, 2018, <http://150.162.242.35/bitstream/handle/123456789/186804/PCIN0174-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Universidade Federal de Santa Catarina, Dissertação. Acessado 30 jul. 2019.
- Rocha, J. A. P., and Gandra, T K. "Práticas informacionais: elementos constituintes." *Informação & Informação*, vol. 23, no. 2, set. 2018, pp. 566-595, doi:10.5433/1981-8920.2018v23n2p566. Acessado 30 jul. 2019.
- Sampaio, D. B., et al. Estratégias fact-checking no combate às fake news: análises informacional e tecnológica no e-farsas e boatos.org. *Anais do 19º Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação: Londrina, ANCIB*, 2018, <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENANCIB/xixenancib/paper/viewFile/1325/1530>. Acessado 30 jul. 2019.

- Saracevic, T. “Ciência da informação: origem, evolução e relações”. *Perspectivas em Ciência da Informação*, vol. 1, no. 1, jan.-jun. 1996, pp. 41-62, <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>. Acessado 30 jul. 2019.
- Silva, L. F. *Práticas informacionais: LGBTQI+ e empoderamento no Espaço LGBT*, 2019, <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/16342/1/Arquivototal.pdf>. Universidade Federal da Paraíba, Dissertação. Acessado 3 mar. 2020.
- Silva, L. F., and Côrtes, G. R. Práticas informacionais: o perfil de mulheres transexuais e travestis no espaço LGBT. *Anais do 19º Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação: Londrina, ANCIB*, 2018, <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENANCIB/xixenancib/paper/viewFile/1478/1554>. Acessado 30 jul. 2019.
- Taylor, R. S. “Information use environments.” *Progress in communication sciences*. Edited by Brenda Dervin and Melvin. ABLEX, vol. 10, 1991. pp. 217-225.
- WHO: Revision of ICD-11 (gender incongruence/transgender) – questions and answers (Q&A). [S. l.: s. n.], 2018. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo canal World Health Organization (WHO). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kyCgz0z05Ik>. Acessado 30 jul. 2019.
- Wilson, T. D. “On user studies and information needs.” *Journal of Documentation*, vol. 37, no. 1, 1981, pp. 3-15.
- Wilson, T. D., and Walsh, C. *Information behaviour: an interdisciplinary perspective*. Sheffield: Department of Information Studies, 1996.
- Zanela, M. “Acesso à informação para construção da cidadania: resoluções do nome social como estratégia de inclusão”. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, vol. 14, 2018, pp. 367-396, <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/795/1058>. Acessado 28 jul. 2021.

Copyright: © 2021. Nascimento, Marcela Aguiar da Silva, Mata, Marta Leandro da, and Pereira, Gleice. This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons CC Attribution-ShareAlike (CC BY-SA), which permits use, distribution, and reproduction in any medium, under the identical terms, and provided the original author and source are credited.

Received: 21/02/2021

Accepted: 20/07/2021

Nascimento, Marcela Aguiar da Silva, et al. “Interações Sociais e Rupturas Observadas Através dos Estudos Informacionais: o contexto de travestis e mulheres transexuais brasileiras.” *Brazilian Journal of Information Science: Research trends*, vol.15, publicação contínua, 2021, e02115, DOI: 10.36311/1981-1640.2021.v15.e02115